



Assembleia da República Gabinete do Presidente	
N.º de Entr.	35812
Classificação	
	05/04/02 1/1
REQUERIMENTO	Data Número
	10/04/25



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XI () .ª
- PERGUNTA Número 2622/XI () .ª

Expeça-se
Publique-se
30/4/10
Q Secretário da Mesa
<i>Accorci</i>

Assunto: Transição de Museus para tutelas municipais

Destinatário: Ministério da Cultura

*Par determinação de S.E.X.P.A.R., à
Sra. Secretária da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

*18.04.30
Jurban*

Em Janeiro de 2010 o Ministério da Cultura apresentou um documento intitulado "Plano estratégico para os Museus - Museus para o século XXI" que previa, no seu "Eixo 1. Reenquadramento do sistema de gestão dos museus tutelados pelo MC/IMC" a "Transição faseada para tutelas municipais, ou afectação a Direcções Regionais de Cultura, de alguns dos 28 museus do MC/IMC, seleccionados com base em critérios patrimoniais e museológicos, e assente em contratos-programa."

Desde essa a apresentação até hoje nada de concreto foi apresentado. Responsáveis do Ministério da Cultura e do Instituto de Museus e Conservação têm tido afirmações contraditórias, ora afirmando a transferência de tutela para as autarquias, ora sugerindo modelos de gestão partilhada. Nada se sabe sobre os critérios "patrimoniais e museológicos" que estão a ser aplicados, nem sobre as condições dos contratos-programa a estabelecer. Não se conhece a lista de museus cuja transferência está a ser equacionada, nem com que câmaras se iniciaram já processos de negociação.

O primeiro museu com transferência anunciada foi o Museu da Cerâmica, nas Caldas da Rainha. Em declarações à imprensa em Março último a autarquia fez saber que o assunto estaria "a ser estudado no âmbito do Instituto de Museus" e que "não existe uma resposta concreta sobre as condições para essa transferência".

A Câmara Municipal de Bragança, também no passado mês de Março, afirmou publicamente que não aceita a transferência do Museu Abade de Baçal, museu que se encontra na grave situação de não ter director há já vários meses.

Nos últimos dias a situação ficou ainda mais nebulosa, com o desmentido público de afirmações da Senhora Ministra da Cultura pela Câmara Municipal de Castelo Branco, que declarou não existirem quaisquer negociações em curso para a transferência do Museu de Francisco Tavares

Proença.

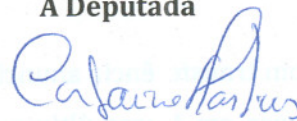
Sendo certo que os muitos museólogos, e mesmo autarquias, compreendem a necessidade de transição de alguns museus, a indefinição quanto ao modelo de transição alimenta fundados receios de que este projecto esconda o objectivo de desorçamentação dos encargos do Ministério da Cultura e o abandono, por parte do Estado, das suas responsabilidades para com instituições culturais instaladas no interior e em regiões periféricas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Que critérios patrimoniais e museológicos presidem à selecção dos museus cuja tutela deve transitar para as autarquias?
2. Quais os museus que o Ministério da Cultura considera deverem passar para a tutela das autarquias?
3. Com que autarquias está o Ministério da Cultura em negociações com vista à transição de tutela de museus?
4. Quais os modelos de tutela e financiamento prevê o Ministério da Cultura para executar a “transição faseada para tutelas municipais” anunciada no “plano estratégico para os museus”?

Palácio de São Bento, 29 de Abril de 2010.

A Deputada



Catarina Martins